

Nicolau Maquiavel

José Ampagatubó*

Resumo

Depois de um longo período da Idade Média na Europa, particularmente no seu país, Maquiavel sentiu a necessidade de reconciliar, internamente, todos os atores sociais do seu tempo em nome da estabilidade política e/ou governação. Para esta finalidade, promoveu a primazia do político em detrimento dos dogmatismos medievais.

Nesta perspetiva, expressou o seu pensamento político através do *Príncipe*, onde aconselha a todos os políticos de então sobre a arte de governar.

Trata-se da manifestação da sua disponibilidade, para remediar e/ou resolver o mal fundamental que denunciava: a falta de unidade entre italianos (não submissos e egoístas), que se traduziu, basicamente, nos permanentes sucessos e insucessos da governação do país.

E é dentro desta lógica que as concepções políticas de Maquiavel devem ser analisadas e compreendidas, recorrendo, sistematicamente, não só à história do passado político europeu; passado político esse, que muito o influenciou como intelectual e político de então, como também e, fundamentalmente, ao que se passava no seu país.

Palavras-chave: unidade, estabilidade, patriotismo, governação e pragmatismo

* Professor Auxiliar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

208 *Abstract*

After the long period of the Middle Age in Europe, particularly in his home country, Machiavelli felt the need to reconcile internally all social actors of his time in the name of political stability and/or governance. For this purpose, he promoted the primacy of politics to the detriment of dogmatisms.

From this perspective, he expressed his political thought through the *Prince*, where he advises all political actors on the art of governing.

This is the manifestation of his willingness to remedy and/or resolve the fundamental evil he denounced: the lack of unity among Italians (no meek, and self-seekers), which translated basically permanent us successes and setbacks of the governance of the country.

And it is within this logic, that the political conceptions of Machiavelli, must be analyzed and understood, using not only systematically, the history of past European politician; political past that much influenced as so political and intellectual, but also and, above all, what was happening in his country.

Keywords: unity, stability, governance, patriotism and pragmatism

Num período em que o papel da Igreja Católica entrava numa decadência progressiva na Europa em transformação, Nicolau Maquiavel, tal como os outros pensadores europeus de então, particularmente os da Europa Ocidental, estava determinado em contribuir politicamente para o fortalecimento da nova era emergente sem dogmatismos.

Refere-se, essencialmente, ao período que abarca os séculos XV e XVI, isto é, o Renascimento, que influenciou culturalmente os povos europeus e, em consequência deste facto, a introdução de uma série de inovações, particularmente no domínio intelectual.

«A Renascença, no sentido estrito da palavra, é um movimento intelectual que se inicia no fim do século XV, desenvolvendo-se nos cinco primeiros lustros do século XVI, e que visava sacudir as disciplinas intelectuais da Idade Média para voltar à Antiguidade clássica, estudada directamente nas fontes pelos humanistas, e não mais através da transmissão cristã. Mas, no sentido amplo da palavra, a Renascença é muito mais. A saber, é o fato considerável de que a majestosa construção medieval, fundada sobre a dupla autoridade do Papa no espiritual e do Imperador no temporal, desaba definitivamente» (Chevallier, 1982: 17).

Associa-se a essa dinâmica o contributo do factor *ambição* contínua do homem europeu, na luta permanente para se apoderar e, deste modo, dominar a natureza para o seu proveito, sem ditames dos mil anos da Idade Média; factor *ambição* esse com o qual Maquiavel se identificava em termos políticos (Schwanitz, 2004; Hottois, 2003).

Nessa lógica, e na sequência do exposto acima, o homem europeu recorre sistematicamente à Ciência como arma poderosa nesse processo de conquista da natureza. De facto, a Ciência passa a constituir, particularmente a partir do Renascimento, o expoente máximo em termos de organização do pensamento europeu (ocidental), traduzindo-se naquilo que se chamou aqui de «racionalidade de tipo weberiano»¹ e/ou simplesmente *razão* (Schwanitz, 2004; Hottois, 2003).

Esta racionalidade de origem grega possibilitou e, simultaneamente, proporcionou condições favoráveis na Europa que fizeram com que Maquiavel e os pensadores europeus em geral acreditassem nas suas capacidades de poder e de saber fazer as coisas, como homens, cujas

1. Refere-se ao pensamento de Max Weber no que diz respeito ao factor racionalidade, tido por este como algo balizado, essencialmente no cálculo, na apropriação dos correspondentes meios e fins, tendo como único objectivo atingir a maximização do ganho e, em consequência, menos desperdícios.

implicações nas mentalidades dos naturais daquele continente se observa nas suas práticas do dia-a-dia até hoje.

«A crise da consciência europeia não será mais do que o desenvolvimento dos germes virulentos, então implantados nos espíritos e nos corações: paixão de procurar e de descobrir; exigência crítica e livre exame, ávidos de atacar todos os dogmas, de rasgar todas as escolásticas; o orgulho humano prestes a afrontar a Divindade, a opor, ao Deus criador do homem, o homem auto-suficiente, o homem tornando-se deus para o homem, exercendo o seu próprio poder criador sobre uma natureza doravante libertada de raízes religiosas, restituída ao paganismo» (Chevallier, 1982: 18).

Preocupado com a falta de unidade dos italianos e com a onnipresença da Igreja Católica na vida dos mesmos, Maquiavel recorre à referida arma (Ciência: Ciência Política) para análise dos factos políticos, utilizando o método de observação baseado na história como forma de impor o rigor analítico nas suas produções teóricas em vez de se contentar com exames virtuais.

O objectivo principal deste procedimento era excluir qualquer teorização metafísica na análise dos factos políticos e, por conseguinte, a defesa da ideia de que tudo o que não podia ser provado factualmente e/ou materialmente pertencia ao domínio teológico (Deutsch, 1983; Lara, 2009).

Foi a forma encontrada para defender e enfatizar a ideia de que o conhecimento da vida política em Itália devia resultar e fundamentar-se nas experiências concretas da realidade daquele país. Trata-se de uma perspectiva precursora do positivismo comtiano, que pretendia comparar e igualar metodologicamente as Ciências Sociais com as da Natureza e, em consequência, obter o conhecimento verdadeiro da realidade através da observação dos fenómenos e da experimentação (Schwanitz, 2004; Hottois, 2003; Lara, 2009).

«Pensador político, Maquiavel disse e repetiu, com absoluta franqueza, que era necessário ver a realidade como ela se apresentava, não como se desejava que fosse (...). A racionalidade da escolha dos meios deriva da observação sem preconceitos dos nexos causais, não garante a moralidade dos meios, como a dos fins. Sobretudo nos períodos de desordem, a experiência surge antes de mais nada a inevitável moralidade da acção, resultado do estudo amoral da realidade histórica e política» (Aron, 1972: 80).

De facto, da Antiguidade à Renascença, os problemas políticos na Europa complexificaram-se de tal forma que os pensadores políticos europeus de então, como Maquiavel, estavam decididos em resolvê-los politicamente em nome de uma eficiente estabilidade no continente. Refere-se aos permanentes sucessos e insucessos da governação de muitos reis naquela parcela do planeta, sobretudo na Itália.

Conhecedor profundo da história política da Europa, particularmente do seu país, Maquiavel, através da sua obra-prima *O Príncipe*, estabelece regras para fortalecer o Estado e o governo na Península Itálica, tornando-se um dos principais fundadores do pensamento moderno em termos da política e da própria Ciência Política (Chevallier, 1982; Aron, 1972). Sousa Lara (2009: 581-582) comunga desta perspectiva quando defende que «a obra de Maquiavel marca, sem dúvida, uma etapa nova e determinante na História do pensamento político moderno e contemporâneo, bem como na própria análise política, de um ponto de vista epistemológico. Trata-se de um dos autores do novo modelo de Estado».

Trata-se da *expressão* e/ou tradução do seu pensamento político em livro, cujo objectivo principal visava recomendar e simultaneamente aconselhar todos os políticos de então (Príncipes) sobre a arte de governar e, dessa forma, manter a estabilidade política numa determinada sociedade política, particularmente na Itália do seu tempo (Chevallier, 1982).

Esta arte basear-se-ia, essencialmente, na existência de políticos capazes (inteligentes e/ou hábeis: *virtù*) de assegurar a estabilidade do Estado e da governação daquele país e, como reflexo deste facto, a defesa da legitimidade dos mesmos perante os cidadãos italianos (Chevallier, 1982).

Como se isto não bastasse, Maquiavel associou o conceito de *virtù* ao de *fortuna* (sorte). Desta associação entre *virtù* e *fortuna* resultaria uma eficiente prática política dos agentes (Príncipes) em matéria da arte de governar.

Todavia, para que o efeito desejado se verificasse, Maquiavel advertiu para a necessidade da *sorte* resultar do pragmatismo em termos da actuação política e do ajustamento permanente aos sinais dos tempos de cada conjuntura política.

A justificação desta advertência baseia-se no facto de que, para ele, o objectivo maior em termos políticos não residia na sorte, nem

tão pouco na prática efectiva da moral defendida pela Igreja Católica, mas sim na luta pelo poder. Este, sim, constituía, na sua perspectiva, o principal impulso de toda a actividade política que simultaneamente faz funcionar e dinamizar a sociedade no seu todo, como também o seu fundamento em termos políticos (Chevallier, 1982).

Trata-se, portanto, de uma luta pelo poder associada à realização de um determinado objectivo por parte dos agentes e, por conseguinte, atingir os seus propósitos, utilizando todos os meios necessários para tal materialização, custe o que custar.

Só assim, e não o contrário, na perspectiva de Maquiavel, se consegue a estabilidade do Estado e da governação em termos políticos, porque a coragem e a inteligência (prudência) são postas em prática e, desta forma, operam a transformação da natureza da fragilidade humana (Chevallier, 1982).

Ao contrário dos politólogos do seu tempo, que davam uma imagem perfeita e harmoniosa do Estado, uma imagem construída politicamente onde esta instituição era tida como neutra e desejável, Maquiavel define-a objectivamente, referindo-se aos fundamentos da sua existência e da sua natureza, isto é, à propensão de submeter e/ou impor a obediência aos cidadãos (italianos) ao poder político (Fernandes, 2008).

Esta desmistificação da imagem do Estado e dos objectivos de qualquer governação levou Maquiavel a defender e a aplicar o normativismo instrumental que se traduz naquilo que se define aqui como arte política. Trata-se de uma prática política a que normalmente os atores recorrem para atingirem os seus propósitos políticos em prejuízo de juízos éticos.

António José Fernandes (1995: 23-24), numa perspectiva próxima desta, sustenta que «*O Príncipe* de Maquiavel é, sem dúvida, uma importante obra de ciência política. Influenciado pela *política* de Aristóteles, Maquiavel atribuiu à sua obra um objectivo e um método diferentes. Ao contrário de Aristóteles, que orienta as suas investigações para um bom governo que assegure o bem-estar a todos os cidadãos, Maquiavel propõe um objectivo mais directo e mais brutal, um governo eficaz para uma Itália unida e sem padres. Por conseguinte, para Maquiavel, a política é a arte em que o Estado procura obter não a realização, mas a obediência dos seus membros».

A partir deste posicionamento teórico, Maquiavel não só rompe com o passado medieval em termos de análise dos factos políticos em Itália

e na Europa (ocidental) em geral, como também e fundamentalmente contribui objectivamente para a ênfatização e aceitação da ideia de que o poder é o objecto da política (Aron, 1972).

A sua importância, em termos do pensamento político moderno e contemporâneo, deve-se, para além do que foi exposto até aqui, à revalorização da perspectiva antropocêntrica na Europa do seu tempo, que colocou o Homem no centro de todas as coisas e/ou acontecimentos (Schwanitz, 2004; Hottois, 2003).

Como consequência desta revalorização, a aposta no humanismo passou a traduzir-se na defesa da liberdade dos cidadãos europeus, em prejuízo das políticas então balizadas pela Igreja Católica, particularmente aquando da vigência da Idade Média, e, desta forma, a promoção permanente do diálogo entre actores (Aron, 1972).

Esta atitude política por parte de Maquiavel fez com que, com o passar do tempo e de forma progressiva, tanto em Itália como na Europa em geral, houvesse maior aproximação de posições em termos políticos entre a monarquia e a burguesia emergente e, por conseguinte, a consolidação do processo da construção do Estado-nação no continente (Chevallier, 1982).

De facto, a partir da segunda fase do mercantilismo na Europa (finais do século XIV até ao término do século XVIII), o diálogo permanente entre a burguesia emergente e as monarquias impulsionou e dinamizou todo este processo da formação de Estado-nação, particularmente nos séculos XVI e XVII, resultando na promoção da liberdade individual muito defendida pela classe média de então: a burguesia (Deutsch, 1983; Chevallier, 1982).

Em jeito de conclusão, pode dizer-se que, numa centúria em que se derramou muito sangue na Europa, particularmente em Itália, Maquiavel, como um grande patriota italiano, conselheiro do príncipe e pensador político, procurou mudar o curso da história daquele país em nome do Estado e da governação estáveis e eficientes.

Nesta lógica, defendeu a inevitabilidade de uso de medidas extremas para se atingir os objectivos acima expressos e, em consequência, a defesa da República em vez da Monarquia, assim como a promoção da liberdade e da legalidade em nome do bem-estar dos italianos.

Como especialista da análise das conjunturas políticas extremas, Maquiavel deixou contributos decisivos em termos do pensamento político moderno, isto é, uma importante obra da Ciência Política, pela

214 forma como utilizou o método baseado na história para observar e descrever a realidade italiana de então; defendeu a estabilidade do Estado e da governação, defendeu a legitimidade no exercício da actividade política, defendeu a necessidade do diálogo entre atores políticos, defendeu a liberdade. Em suma, combateu a moral cristã a favor da política.

As suas concepções políticas só podem ser compreendidas e balizadas recorrendo sistematicamente à história do passado político europeu; passado político esse que muito o influenciou como intelectual e político de então. O mesmo se pode dizer em relação às convulsões e instabilidades da governação que presenciou no seu país, tornando-se num dos principais fundadores do pensamento político moderno.

Bibliografia

- Amaral, D.F. (1998). *História das Ideias Políticas*. Coimbra: Almedina.
- Aron, R. (1972). *Estudos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Caetano, M. (1983). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. 6ª ed. Coimbra: Livraria Almedina.
- Chevallier, J.J. (1982). *As Grandes Obras Políticas: de Maquiavel a Nossos Dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Deutsch, K. (1983). *Política e Governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fernandes, A.J. (1995). *Introdução à Ciência Política: Teorias, Métodos e Temáticas*. Porto: Porto Editora.
- Hottois, G. (2003). *História da Filosofia – da Renascença à Pós-Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lara, A.S. (2009). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*. 5ª ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Maltez, J.A. (1996). *Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Moreira, A. (2001). *Ciência Política*. 6ª reimp. Coimbra: Almedina.
- Pasquino, G. (2002). *Curso de Ciência Política*. Cascais: Principia.
- Schwanitz, D. (2004). *Cultura – Tudo o que é Preciso Saber*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Sousa, M.R. (1989). *Ciência Política: Conteúdos e Métodos*. Coimbra: Coimbra Editora.